

AULA PÚBLICA DE SOCIOLOGIA, 2011

ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE SOCIOLOGIA

Por uma sociologia sem fronteiras - O exemplo de “O Mineiro Moçambicano”

Luís de Brito

Quando, há alguns meses, recebi o convite da direcção da Associação Moçambicana de Sociologia para fazer esta aula pública, devo confessar que hesitei bastante antes de aceitar. Em primeiro lugar, porque as cerimónias, de qualquer tipo que sejam, não me atraem e, em segundo, porque não via que tema poderia apresentar que tivesse interesse para os membros da Associação e, eventualmente, para um público mais amplo.

Acabei por aceitar o desafio, depois de uma conversa com os responsáveis da Associação. Percebi nesse encontro que havia um interesse particular em desenvolver uma reflexão sobre o percurso das ciências sociais em Moçambique, quer em termos de pesquisa, quer em termos de formação.

Assim, tomei o convite como uma oportunidade para partilhar um pouco da minha experiência como membro da equipa de pesquisa que criou o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane, em 1976, onde foram dados os primeiros passos na pesquisa em ciências sociais do Moçambique independente.

Isto me pareceu tanto mais importante, quanto a primeira escola de formação em ciências sociais do país, a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), só foi estabelecida muito mais tarde, em 1995, cerca de vinte anos depois do nascimento do Centro de Estudos Africanos, o que significa que os jovens graduados em ciências sociais têm um conhecimento distante da prática das ciências sociais no período imediatamente após a independência.

É evidente que o contexto do exercício da actividade científica é hoje bastante diferente, mas as experiências e lições do passado podem e devem contribuir para o enriquecimento da

prática das ciências sociais hoje. Entendo esta apresentação como um contributo nesse sentido.

A apresentação é essencialmente dedicada a um comentário-testemunho de uma das primeiras publicações do Centro de Estudos Africanos, em 1977, que tinha como título “O Mineiro Moçambicano – Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra”. Por uma razão que desconheço - e de forma errada – este trabalho foi de novo publicado pelo Centro de Estudos africanos em forma de livro, em 1998, com o título ligeiramente modificado, mas traindo de alguma maneira o sentido e o alcance da obra. O novo título foi: “O Mineiro Moçambicano – Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane”. Uma outra versão em inglês editada por Ruth First com a colaboração de Alpheus Manghesi foi postumamente publicada, em 1983, com o título “Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant”.

A razão da escolha é simples: esta obra foi o trabalho que trouxe pela primeira vez para o debate os grandes desafios que se colocavam ao país em termos de desenvolvimento e construção de uma economia e sociedade verdadeiramente independentes (uma parte desses desafios conserva toda a sua actualidade passados 36 anos da Independência!). Por outro lado, este é o trabalho que melhor representa a perspectiva interdisciplinar então promovida pelo CEA na abordagem das questões sociais. Finalmente, porque penso que pode ser considerada a obra-mãe das ciências sociais moçambicanas.

O título desta apresentação, “Por uma sociologia sem fronteiras”, decorre da exemplaridade da perspectiva interdisciplinar desenvolvida em “O Mineiro Moçambicano”, da minha experiência pessoal de trabalho no campo das ciências sociais, e deve ser entendido como um convite aos sociólogos, àqueles que se identificam como tal, para terem uma atitude de abertura em relação às outras disciplinas das ciências sociais. Parece-me muito mais interessante e enriquecedora a aventura em novos terrenos, a colaboração com pesquisadores de outros horizontes, que a rotina e segurança, talvez o conforto, que pode oferecer o trabalho nos limites aparentemente bem definidos de uma disciplina. Neste sentido, o título poderia ser “Por uma antropologia sem fronteiras”, “Por uma história sem fronteiras”, “Por uma economia sem fronteiras”, e por aí adiante.

Antes de começar o meu comentário sobre “O Mineiro Moçambicano”, vou referir muito brevemente o contexto da formação do Centro de Estudos Africanos. O Centro de Estudos Africanos foi criado em, 1976, no seio do Instituto de Investigação Científica de Moçambique,

uma instituição de pesquisa que à data da Independência tinha sido colocada sob a tutela do reitor da Universidade (a Universidade de Maputo, que seria rebaptizada Universidade Eduardo Mondlane, no 1º de maio de 1976). O projecto era então o de transformar o instituto colonial num instituto de estudos de desenvolvimento, composto por quatro unidades: um centro de estudos sociais, que era o Centro de Estudos Africanos (assim designado em homenagem ao Centro de Estudos Africanos criado na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, por alguns dos futuros líderes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas), um centro dedicado às tecnologias básicas para o aproveitamento dos recursos naturais, o TBARN, um Centro de Estudos de Comunicação e um Centro de Ecologia.

O projecto era ambicioso e extremamente inovador para a época (os centros de pesquisa deveriam trabalhar de forma articulada, integrando a dimensão social, com a tecnologia, as questões do meio ambiente e a comunicação), mas acabou por não resultar, nomeadamente por falta de capacidade humana suficiente para o realizar, mas também por ter suscitado uma forte oposição política da parte de um sector do partido Frelimo dentro e fora da Universidade. Os detractores do Instituto acusavam os centros de elitismo e os investigadores de não participarem nas actividades do ensino, o que era totalmente falso, pois a maioria dos investigadores leccionava nas Faculdades de Letras, de Direito e de Economia, mas sobretudo consideravam que estes centros não seguiam devidamente a cartilha do “marxismo-leninismo”. O Instituto acabou por ser dissolvido em 1980, e o Centro de Estudos Africanos, que entretanto já tinha ganho uma forte dinâmica sob a direcção de Aquino de Bragança e Ruth First, foi o único que sobreviveu, embora fosse, com o TBARN, o principal alvo das críticas.

Não havia nestes centros o entendimento que a ciência tivesse como função confortar e ilustrar uma concepção ideológica da sociedade, fosse ela o marxismo. Pelo contrário, o marxismo era aqui entendido principalmente como um método de interrogação do social, como um conjunto de conceitos e ferramentas de análise capazes de produzir conhecimento novo, e não como uma receita acabada, um conjunto de dogmas sobre o que a sociedade teria sido no passado, era no presente, ou viria a ser no futuro.

Foi esta postura de questionamento, de pesquisar antes de concluir, que esteve na base da concepção do projecto que resultaria na publicação de “O Mineiro Moçambicano”. Um grupo do Centro de Estudos Africanos, a equipa “África Austral”, tinha em 1976 realizado um primeiro estudo, essencialmente baseado na análise da literatura e informação disponível,

sobre a questão rodesiana. Moçambique tinha então decidido fazer a aplicação integral das sanções preconizadas pelas Nações Unidas contra o regime rodesiano. Ao mesmo tempo, havia uma série de iniciativas internacionais procurando encontrar uma solução ao problema rodesiano. O estudo feito pelo Centro destinava-se a proporcionar ao governo uma base para a definição sobre a sua política na esfera das negociações internacionais sobre a questão.

Logicamente, o interesse do grupo orientou-se a seguir para as relações entre Moçambique e a África do Sul. Em particular, houve uma proposta inicial para se estudarem as convenções sobre o trabalho migratório que tinham sido assinadas pelo governo português, mas que, no essencial, se mantinham em vigor depois da Independência. Gradualmente, em discussões com Ruth First e outros colaboradores do Centro, o projecto foi tomando forma e uma dimensão mais abrangente, acabando por mobilizar a participação de quase todos os pesquisadores nacionais e estrangeiros do Centro: tratava-se de estudar o sistema de trabalho migratório para a África do Sul, não apenas do ponto de vista dos instrumentos legais da sua organização, mas igualmente nas suas dimensões económica e social, e as suas implicações para Moçambique, no contexto da Independência.

A primeira característica do projecto que deve ser aqui salientada tem a ver com a sua concepção, que foi gradual e resultou da colaboração – através de apresentações e debates em seminários - de pesquisadores com formação em diferentes áreas de conhecimento, nomeadamente direito, história, economia e sociologia. O resultado final, seria um trabalho em que embora seja possível detectar a presença e de algum modo a contribuição específica de cada uma das disciplinas, não é fácil isolar essas contribuições sem as empobrecer e lhes retirar o essencial. Com efeito, neste caso típico que ilustra bem a ideia que a totalidade é mais que a soma das partes, cada uma das abordagens disciplinares só faz sentido no seu diálogo e interacção com todas as outras, num esforço de revelar a complexidade da dinâmica e das implicações socio-económicas do sistema de trabalho migratório.

Assim, o exercício arriscado que vou aqui tentar, de mostrar como cada uma das disciplinas está presente em “O Mineiro Moçambicano”, deve ser entendido apenas como uma tentativa de ilustrar, embora de forma algo contraditória e artificial, que a interdisciplinaridade é possível e útil no campo das ciências sociais.

Não só a equipa de pesquisa era diversa nas suas competências, mas ela incorporou nos momentos de trabalho de campo, cerca de cinco semanas, duas dezenas de estudantes provenientes dos últimos anos dos cursos de História e de Direito. É evidente que não teria

sido possível fazer um tal estudo apenas com uma pequena equipa. Mas o ponto que queria salientar é que a integração de estudantes no processo de pesquisa é uma das formas mais eficazes de alargar o alcance da investigação, mas também uma oportunidade privilegiada de ensino, pois a investigação é como andar de bicicleta: só se aprende, fazendo. E o trabalho de campo é uma ocasião interessante para iniciar os jovens ao trabalho de pesquisa, desde que haja a preocupação de com eles discutir os objectivos, o contexto, os métodos e as opções do trabalho.

O projecto incorporou para além da recolha e análise de informação de carácter geral sobre a migração de trabalhadores para a África do Sul, uma componente de trabalho de campo para estudar a articulação do sistema com a economia agrária, a base donde eram provenientes esses trabalhadores. A escolha dos locais de trabalho de campo foi feita na sequência de um trabalho preliminar de recolha de informação nas províncias de Gaza e Inhambane. Inhambane foi a província escolhida, mas, como disse atrás a propósito do título usado em 1998, não se tratava de um estudo sobre Inhambane.

No que diz respeito aos instrumentos usados para a recolha da informação que alimentou o estudo, constituindo a sua ampla base empírica, eles foram múltiplos. Foi consultada documentação em diversos arquivos e serviços públicos, foram feitas entrevistas para a recolha de histórias de vida a mineiros, foram feitas entrevistas a famílias de mineiros, foram feitas entrevistas a informadores-chave, foi realizado um inquérito por questionário para recolher dados essenciais sobre a origem, escolaridade, tipo de trabalho e duração de contrato, dos mineiros, foi feito trabalho de análise estatística, e foram feitos estudos de caso sobre as condições de diferentes locais de origem de trabalhadores migrantes.

Dada a dimensão temporal do processo de migração para as minas da África do Sul, e marginalmente para outros sectores de actividade, que remonta aos finais do séc. XIX, a abordagem histórica é central em “O Mineiro Moçambicano”.

O primeiro aspecto a considerar em termos de história é que o colonialismo português era um colonialismo fraco e atrasado. Fraco porque Portugal não dispunha na época da ocupação efectiva – uma situação que permaneceu idêntica nas décadas seguintes - dos capitais necessários à sua empresa colonial, vendo-se obrigado a recorrer a capitais estrangeiros e a partilhar o bolo colonial. No caso de Moçambique, uma parte considerável do território foi entregue à administração de companhias majestáticas e outras grandes companhias de

capital estrangeiro, ficando uma outra parte, nomeadamente o Sul do Save, sob administração directa do Estado português.

Do seu lado, a África do Sul, conheceu um grande desenvolvimento da indústria mineira, em particular dos diamantes e do ouro (mais tarde, do carvão e de outros minerais), também a partir dos finais do séc. XIX. Não sendo possível recrutar localmente toda a mão-de-obra necessária, a indústria mineira desenvolveu gradualmente um sistema de recrutamento que se alargou praticamente a todos os territórios da África Austral. Moçambique, e em particular o Sul do Save, acabaria por se tornar num elemento central no dispositivo de recrutamento de trabalhadores para as minas, pelo seu número e pela duração dos seus contratos (mais longos que os dos trabalhadores recrutados noutros territórios).

Numa situação de escassez de mão-de-obra e de grande competição entre as companhias mineiras, que fazia subir os salários e reduzir os lucros, estas acabaram por se federar e, através da Câmara da Minas, criar um mecanismo de recrutamento unificado. O recrutamento foi atribuído a uma empresa, que teve o monopólio durante muito tempo, a célebre Wenela. Era a Wenela que recebia as necessidades de mão-de-obra das minas associadas, procedia ao recrutamento e depois encaminhava os trabalhadores em função dessas necessidades.

O primeiro acordo regulando o recrutamento de trabalhadores de Moçambique para as minas sul-africanas data de 1897, tendo havido depois vários outros, mas que não modificaram o essencial: o Estado português permitia o recrutamento de trabalhadores e em troca, as autoridades sul-africanas comprometiam-se a usar a linha de caminhos-de-ferro e o porto de Lourenço Marques para a importação e exportação de mercadorias para a zona do Rand. Para além disso, uma parte do salário dos mineiros era transferido para Moçambique em forma de ouro a preço fixo, sendo depois pago aos trabalhadores no seu regresso na moeda local, pois os trabalhadores estavam obrigados a voltar por seis meses pelo menos para as suas zonas de origem depois de cumprirem os seus contratos de 12 meses, extensíveis por mais seis meses.

Foi ainda a abordagem histórica que permitiu compreender porque razão o regime fascista implantado em Portugal em 1928, suposto ter uma orientação nacionalista e defender o uso dos territórios coloniais e dos seus recursos, incluindo naturalmente a mão-de-obra barata, em favor dos colonos e da indústria nascente em Portugal, optou por manter a aliança com o capital mineiro sul-africano e, conseqüentemente não só conservou, mas desenvolveu o sistema de trabalho migratório, em total contradição com os interesses do sector dos grandes

proprietários coloniais do Sul do Save, que esperavam enfim, com a chegada de Salazar ao poder e o seu discurso contra a situação de desnacionalização das colónias, poder deixar de concorrer com as minas na procura de mão-de-obra. Mas, o equilíbrio das contas da colónia prevaleceu sobre os interesses dos colonos.

O atraso do colonialismo português é a outra face da sua fraqueza. Não é que o colonialismo português tenha sido fundamentalmente diferente dos outros, uma espécie de ultra-colonialismo como defendia Perry Anderson. De facto, a particularidade do colonialismo português é que Portugal continuou a sua política colonial quando as outras potências coloniais se engajavam no processo de descolonização, nos finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, e continuou a usar formas coercivas de exploração das populações colonizadas, como o trabalho obrigatório e as culturas forçadas, apenas abolidas formalmente com a abolição do Estatuto do Indigenato, em 1961, que os outros tinham deixado de praticar desde meados dos anos 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No caso particular do Sul do Save, a manutenção das culturas forçadas, com destaque para o algodão, destinava-se a alimentar a indústria têxtil metropolitana que sendo pouco competitiva precisava de ter acesso a matéria-prima barata, e o trabalho forçado era uma forma de garantir ao mesmo tempo o abastecimento de mão-de-obra barata para os trabalhos públicos, as plantações e outros empreendimentos privados na colónia, numa situação em que, ao longo do século passado e até à Independência, esta era escassa. A principal razão da escassez é que, em média, em cada ano cerca de 25% da mão-de-obra masculina total no Sul do Save estava contratada na África do Sul.

A abordagem histórica permitiu, enfim, compreender que, se a dependência de Moçambique em relação a Portugal era fácil de eliminar, por ser baseada essencialmente em laços de dependência administrativa, o mesmo não acontecia em relação às ligações profundas que se tinham desenvolvido ao longo de um século entre Moçambique e a África do Sul. Diversificar as fontes de importação dos produtos tradicionalmente provenientes de Portugal, ou encontrar novos mercados para as exportações moçambicanas era relativamente fácil. Pelo contrário, substituir o papel dos portos e caminhos-de-ferro orientados para servir os territórios do *hinterland*, em especial a África do Sul, mas também a Rodésia e o Malawi, ou criar oportunidades de emprego interno para mais de uma centena de milhar de trabalhadores migrantes, e dispensar as receitas provenientes do trabalho migratório era um verdadeiro

desafio para o governo independente, que não podia deixar de ter uma posição anti-*apartheid* e de apoiar o movimento de libertação sul-africano.

Esta forma particular de dependência explica porque razão, diferentemente do que aconteceu em Angola, a África do Sul não invadiu militarmente Moçambique e se limitou a apoiar a guerrilha da Renamo para enfraquecer o regime moçambicano, esperando assim que este limitasse o seu apoio activo ao ANC. O Acordo de Nkomati, de 1984, que acabaria por não ser rigorosamente cumprido por nenhuma das partes, simboliza a tentativa de criação de um *modus vivendi* entre os dois vizinhos nesse contexto de dependência.

Vemos, pois, como a história colonial - e a particularidade da ligação que nesse período se desenvolveu entre Moçambique e a África do Sul – ajuda a compreender o que se passou nos primeiros anos de Independência, mas também o que se continua a passar na relação entre os dois países, depois da queda do regime do *apartheid*.

A abordagem antropológica também contribui para “O Mineiro Moçambicano”. Em particular, a teorização feita pela antropologia económica de tradição marxista sobre a articulação dos modos de produção ofereceu o quadro conceptual para perceber a razão e o interesse do desenvolvimento de um sofisticado sistema de trabalho migratório para a indústria mineira. Note-se que este sistema abrangia praticamente a totalidade dos países da África Austral, exceptuando-se apenas Angola e a Tanzânia, que tiveram um papel marginal como fornecedores de mão-de-obra para as minas.

Ao contrário do que aconteceu com o processo de industrialização nos centros capitalistas mais avançados, que assentou em grande medida na destruição das formas de produção pré-capitalistas e na proletarianização das massas camponesas, criando assim uma classe de trabalhadores permanentes disponíveis para se engajarem no trabalho assalariado nas fábricas e outras indústrias, no caso do desenvolvimento do capitalismo mineiro sul-africano – e em grande medida de quase todas as formas de capitalismo colonial em África, observamos a gradual instituição de um sistema de trabalho migratório, que perdura até hoje.

Ora, o trabalho migratório corresponde a uma semi-proletarianização. Isto é, o trabalhador tem necessidade de procurar o emprego assalariado, mas não fica completamente desligado da base produtiva na agricultura; a sua família, em particular a mulher, ocupa-se durante a sua ausência de garantir a produção agrícola para se sustentar e aos filhos. Por outro lado, as próprias condições de manutenção da produção familiar dependem em parte da contribuição

do salário ganho no trabalho industrial. Nestas condições, o custo de reprodução social do trabalhador é em parte assumido pela produção familiar, reduzindo assim o seu custo para os empregadores, que pagam salários inferiores ao que teriam que pagar se o trabalhador e a respectiva família dependessem integralmente do salário. Por outras palavras, nestas condições, a reprodução do sistema económico capitalista depende e está articulada com a manutenção da produção agrícola familiar.

Foi assim possível compreender que a relação da agricultura com as minas, a dependência do salário do migrante para a manutenção e eventual desenvolvimento da produção agrícola através, por exemplo, da aquisição de cabeças de gado e de charruas para o cultivo com tracção animal, era um elemento central na reprodução da própria agricultura camponesa do Sul do Save.

Mas a dimensão antropológica também se pode observar no que diz respeito a aspectos centrais na organização social camponesa como é o caso do casamento e do *lobolo*. Desde muito cedo a prática tradicional do *lobolo* foi influenciada pela migração para as minas. Para a esmagadora maioria dos jovens homens o trabalho assalariado nas minas era condição necessária para adquirir a capacidade de pagar o *lobolo*. De tal maneira que o primeiro contrato de trabalho nas minas passou a ser uma espécie de rito de iniciação, que marcava a passagem de facto à condição de homem adulto.

Ainda no campo da produção social de “práticas tradicionais” é interessante notar a questão dos presentes devidos pelos trabalhadores migrantes ao chefe no regresso de cada contrato. Nos primeiros anos em que o recrutamento para as minas começou a ser feito, numa altura em que ainda não havia muitos voluntários, os agentes de recrutamento ofereciam presentes aos chefes, para além de uma libra por cada trabalhador que fosse engajado nas suas terras. Este método servia para criar da parte daqueles um interesse material no desenvolvimento do sistema. Porém, a partir do momento em que o fluxo de trabalhadores ficou garantido em número suficiente, os recrutadores itinerantes foram substituídos por funcionários instalados em postos fixos, para onde se dirigiam os voluntários à procura de contrato. A situação tinha-se invertido e a procura por parte dos candidatos à migração era suficiente para dispensar o pagamento aos chefes. É a partir de então, que nasce a “tradição” dos trabalhadores oferecerem presentes aos chefes, no regresso a casa depois de cada contrato de trabalho.

“O Mineiro Moçambicano”, na versão editada e publicada em 1998, inclui uma grande colecção de canções e de fotos, assim como extractos de entrevistas, que ilustram diferentes

aspectos relativos ao trabalho migratório e à vida nas zonas de origem dos trabalhadores migrantes. Estes elementos, de grande valor socio-antropológico resultam na maior parte dos casos, de um trabalho realizado mais tarde e não faziam parte da versão inicial do relatório publicada em 1977.

Se quisermos ver em “O Mineiro Moçambicano” um trabalho de sociologia, vamo-nos apoiar nos aspectos que caracterizam a experiência e definem os mineiros migrantes como um grupo social específico. A principal característica deste grupo é precisamente o seu estatuto de semi-proletários, em parte operários industriais, integrados num sistema avançado de divisão técnica do trabalho e familiarizados com a operação de maquinaria com tecnologia relativamente sofisticada, mas ao mesmo tempo ligados ao campo e à produção agrícola por períodos mais ou menos longos, mas regulares. Ao mesmo tempo diferentes dos operários tradicionais porque não urbanizados, pois durante os contratos viviam instalados em *compounds*, apenas entre homens, mas igualmente diferentes dos camponeses tradicionais, porque o seu envolvimento na agricultura era, na maioria dos casos, um compasso de espera entre dois contratos. Diferentes dos camponeses também porque habituados a dispor da receita regular que constitui o salário, por magro que fosse. “O Mineiro Moçambicano” dá muita informação sobre as vivências e experiência social deste grupo de trabalhadores.

Olhando agora a questão do ponto de vista jurídico, podemos constatar que a contribuição nesta perspectiva relaciona-se sobretudo com a análise dos vários dispositivos (regulamentos, acordos ou convenções) assinados entre a África do Sul e Portugal que ao longo do tempo foram regendo o funcionamento do sistema. Como já disse, os aspectos essenciais não sofreram nenhuma variação significativa ao longo do tempo e o que estava em vigor à data da Independência era praticamente o que estava estabelecido desde o tempo do primeiro regulamento de finais do séc. XIX. Eram esses instrumentos que fixavam as condições e o número de trabalhadores susceptíveis de serem recrutados, número que acabaria por se estabilizar à volta dos 100 000 trabalhadores por ano na última fase do período colonial. A implantação de postos de recrutamento, que inicialmente abrangia a totalidade do território Moçambicano, foi limitada, depois do final dos anos 1920, sobretudo para reduzir a competição pela mão-de-obra com as grandes plantações das regiões centrais de Moçambique, ao Sul do paralelo 22º, ou seja, em termos práticos ao Sul do rio Save.

Eram esses dispositivos que estabeleciam os 12 meses como período básico do contrato, prorrogáveis por um máximo de seis meses adicionais. O facto de um novo contrato não poder

ser assinado antes que o trabalhador tivesse ficado em Moçambique por um período de seis meses após o termo do contrato anterior, garantia que o mesmo iria pagar o imposto de palhota, uma importante fonte de receitas para o Estado colonial, e, no período, anterior à abolição do estatuto do Indigenato e com ele do trabalho forçado, permitia que fosse “contratado” para o trabalho forçado, sobretudo se não tivesse pago o imposto.

Os dispositivos legais que regulavam o trabalho migratório fixavam também as modalidades do pagamento diferido, que consistia no pagamento ao trabalhador de uma parte dos seus salários somente depois do seu regresso a Moçambique. Ainda mais importante, neles estava contida a chamada “cláusula ouro”, que estabelecia que os montantes correspondentes ao pagamento dos salários diferidos seriam entregues às autoridades portuguesas sob a forma de ouro, a uma taxa fixa. Naturalmente, os pagamentos feitos aos mineiros eram na moeda local, o escudo.

Isto leva-nos agora a colocar a questão em termos de economia. O estudo mostrou que o trabalho migratório tinha uma importância central no equilíbrio das contas de Moçambique, através da sua contribuição directa (o pagamento diferido e as vantagens da “cláusula ouro”) e indirecta (a contrapartida em termos de utilização do caminho-de-ferro e do porto de Lourenço Marques). Embora a balança comercial moçambicana fosse cronicamente deficitária (o valor das importações excedendo largamente o valor das exportações), a balança de pagamentos era equilibrada pelo efeito da conta de serviços, onde os transportes, sobretudo das receitas dos portos e caminhos-de-ferro, com destaque para o complexo de Lourenço Marques, mas igualmente com uma contribuição das linhas da Beira e Nacala e dos respectivos portos, que serviam sobretudo a Rodésia e o Malawi, e as transferências dos salários dos mineiros representavam uma parte significativa.

É de salientar que nos anos 1970, Portugal passou a beneficiar de uma enorme receita adicional, pois recebia o pagamento diferido em ouro a taxa fixa e podia depois vendê-lo no mercado internacional, onde o seu preço estava em rápida ascensão, fazendo assim um grande lucro.

Esta perspectiva da dimensão e do papel económico do sistema de trabalho migratório, não só permitiu a compreensão da particularidade da estrutura e da lógica do funcionamento da economia colonial em Moçambique, mas forneceu a chave para entender e analisar o que chamámos de crise da economia colonial, ou seja a crise económica em que o país mergulhou depois da Independência.

Uma das dimensões centrais desta crise foi a perda súbita de uma grande parte das receitas provenientes do pagamento diferido e dos portos e caminhos-de-ferro. Para o regime sul-africano da época, a perspectiva da independência de Moçambique sob a liderança de um movimento de libertação que defendia posições anti-capitalistas e apoiava a luta do African National Congress (ANC) era obviamente vista como uma ameaça.

A sua reacção foi, pois, de usar a arma económica para enfraquecer a posição do governo moçambicano. Depois de ter procedido a um recrutamento recorde imediatamente antes da independência, nos primeiros meses de 1975, a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento de mineiros em Moçambique para cerca de 30 mil por ano. Ou seja, houve uma redução de dois terços. Ao mesmo tempo, iniciou um processo de criação de vias alternativas para o trânsito de mercadorias que tradicionalmente se fazia através de Lourenço Marques. Só por si, estas duas medidas significavam uma redução drástica nas receitas em divisas de que a economia moçambicana tanto precisava para compensar o défice crónico da sua balança comercial.

Mais grave ainda, a África do Sul decidiu pouco tempo depois da Independência de Moçambique alterar a “cláusula ouro” e valorizar o ouro destinado ao pagamento diferido ao preço do mercado internacional, privando assim o Estado moçambicano de uma fonte complementar de rendimento, que antes tinha beneficiado o governo português.

A situação comportava ainda um elemento perverso, pois dada a natureza do sistema de trabalho migratório e o alto nível de recrutamento que se tinha verificado até imediatamente antes da Independência, isso significava que a redução mais drástica nas receitas do trabalho migratório só se faria sentir ao fim de cerca de dezasseis meses, a duração média dos contratos de trabalho dos mineiros. Este aspecto particular, da previsível queda brusca dos rendimentos do trabalho migratório e do seu impacto devastador na economia moçambicana, foi abordado em pormenor num relatório complementar ao estudo principal que foi entregue ao Banco de Moçambique e teve apenas uma circulação muito restrita.

Mas o impacto da redução brusca do recrutamento não se restringiu ao seu efeito nas contas nacionais. A situação económica de uma grande parte da população do Sul de Moçambique, cuja vida dependia justamente do acesso ao rendimento do trabalho assalariado na África do Sul, foi também profundamente afectada pela redução extremamente forte e rápida das oportunidades de emprego. Assim, dezenas de milhares de trabalhadores migrantes ficaram numa situação de desemprego, numa altura em que a saída de uma boa parte dos colonos e o

encerramento de numerosas empresas nas cidades, como no campo, estava também a contribuir para o crescimento vertiginoso do desemprego. Ou seja, não havia alternativas internas ao trabalho assalariado na África do Sul. Os ex-trabalhadores migrantes ficavam pois dependentes da agricultura familiar, ela própria em crise porque o dinheiro das minas tinha uma função importante na sua reprodução, mas igualmente porque todo o sistema de comercialização agrícola, organizado com base nos cantineiros colonos, estava também a entrar em colapso com a retirada destes.

Em Maputo, a saída de um grande número de colonos e o encerramento de numerosas empresas, acelerado depois da nacionalização das casas em 1976, estava igualmente a provocar um rápido crescimento do desemprego. Este facto, aliado ao receio de ver a massa dos desempregados do campo, afluir para a cidade à procura de emprego alternativo, está na base da ideia da famosa “Operação Produção”, que consistia em tirar os chamados “improdutivos” (aqueles que não dispunham de cartão de trabalho, portanto, desempregados, mas também artesãos e outros trabalhadores informais) das grandes cidades, em particular Maputo, para o campo, onde deveriam produzir a sua subsistência. A “Operação Produção” acabaria por ser realizada apenas em 1983, mas estava sendo discutida por um sector do partido Frelimo desde início dos anos de 1978. Na realidade ela foi um sub-produto tardio da crise desencadeada pelo drástico corte no recrutamento para as minas.

A crise viria a ser agravada pela guerra civil, particularmente a partir do início dos anos 1980, e o país ainda hoje não recuperou. O endividamento externo e depois um elevado grau de dependência em relação aos doadores para garantir o funcionamento do Estado foram os resultados da incapacidade de superar a crise.

O mesmo exercício que foi feito no passado deve ser feito hoje para analisar a estrutura da economia moçambicana e os seus efeitos. De facto, esta é uma das linhas de pesquisa actualmente desenvolvidas no Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), mas o debate sobre as dinâmicas actuais e suas implicações económicas e sociais ficaria muito mais rico se houvesse outras instituições a dedicarem-se também a este tipo de pesquisa.

Uma leitura atenta de “O Mineiro Moçambicano” e de outros trabalhos iniciais do Centro de Estudos Africanos pode ser muito útil não só para compreender um processo que hoje podemos considerar histórico, considerando as profundas modificações socio-económicas e políticas que Moçambique vem conhecendo desde o início dos anos 1990, mas também pode ser um precioso meio para interrogar a realidade actual e identificar novas problemáticas de

pesquisa. Como sabem, a melhor pesquisa é aquela que para além de propor a resposta a uma questão, suscita a formulação de novas interrogações.

Com esta apresentação procurei, por um lado, transmitir uma experiência pouco conhecida da geração mais jovem de cientistas sociais e, por outro, ilustrar a minha opinião sobre uma maneira de praticar a pesquisa em ciências sociais caracterizada pela abertura e colaboração entre diferentes disciplinas, ou seja, numa perspectiva interdisciplinar. Esta abordagem, embora seja difícil de realizar e não esgote o campo do possível entendimento sobre o funcionamento da sociedade, pode oferecer contribuições interessantes para um conhecimento multi-dimensional da dinâmica social.

Tenho perfeita consciência que o contexto actual da prática das ciências sociais em Moçambique é muito diferente das condições em que vivemos e trabalhamos nos anos 1970. Não só o ambiente político e científico é diferente, mas as próprias condições de financiamento da pesquisa se alteraram. A consultoria, embora não seja uma particularidade de Moçambique, é a doença mais grave que hoje em dia parasita a comunidade dos pesquisadores e, pela concorrência que estabelece, reduz radicalmente a capacidade destes fazerem um verdadeiro trabalho de investigação.

Por isso não apresento o trabalho do Centro de Estudos Africanos como um modelo, mas como um exemplo. Entendo que o modelo convida ser seguido, replicado, ou seja, reproduzido mecanicamente. Um modelo transfere-se e executa-se. Nos tempos actuais, são muitos os modelos que nos chegam em todos os campos, da política à economia, e nos são impostos, ou talvez sejamos nós que nos impomos por preguiça e falta da capacidade de reflexão sobre os problemas.

Ao contrário, o exemplo testemunha, não tem necessariamente que ser seguido, dele se podem retirar ensinamentos, aproveitar o que convém e deixar de lado o que for inadequado. O exemplo não inibe o trabalho de reflexão autónoma; favorece a adaptação às condições particulares e a criatividade.

Trabalho, rigor e criatividade me parecem ser os elementos de base para uma investigação de qualidade. Foram essas as características que marcaram o trabalho do Centro de Estudos Africanos nos anos 1970 e 1980. É por isso que, como pudemos ver, um trabalho de pesquisa que data de há cerca de 35 anos, se o despirmos da roupagem ideológica da época, mantém toda a sua actualidade e relevância e pode ser fonte de novas interrogações. Aliás, uma parte

do trabalho actualmente desenvolvido no Instituto de Estudos Sociais e Económicos, particularmente os estudos que se relacionam com os padrões de desenvolvimento da economia moçambicana, abrangendo portanto as alterações provocadas pelo desenvolvimento rápido nos últimos anos da indústria extractiva, inspira-se nesta linha.

Finalmente, termino fazendo aquilo que é da praxe ser feito no início, mas que desrespeitei. Quero agradecer o convite que me foi feito pela direcção da Associação Moçambicana de Sociologia, que me honrou de forma especial e, através da minha pessoa, todo o grupo de professores que, com grande dedicação e generosidade, colocaram em segundo plano os seus interesses materiais e tornaram possível, nos anos 1990, criar a primeira escola moçambicana de cientistas sociais, a UFICS. É verdade, que a UFICS desapareceu muito jovem, poderíamos mesmo dizer que foi “apagada”, mas felizmente, durante a sua curta vida, foi possível formar algumas dezenas de jovens cientistas sociais, o que deixa alguma esperança em relação ao futuro das ciências sociais em Moçambique.

Faço votos dos maiores sucessos para a Associação Moçambicana de Sociologia.

Muito obrigado a todos.

Maputo, 12 de Outubro de 2011